

A RELAÇÃO ONTOLÓGICA ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA MARXIANO/LUKACSIANA

Sabrine Maria Martins Chaves¹

Helena de Araújo Freres²

RESUMO

O presente artigo discute a relação ontológica entre trabalho e educação, evidenciando o caráter onto-primário do trabalho no processo de constituição do ser social e, outrossim, a função importante que a educação cumpre no processo de complexificação social desse novo ser, fundado pelo trabalho. O artigo aborda ainda a natureza que o trabalho e a educação assumem no interior da sociedade de classes. Assim sendo, o artigo organiza-se em quatro momentos: no primeiro, discute-se sobre o trabalho como categoria fundante do ser social; no segundo, a função social da educação; no terceiro, o caráter alienado do trabalho; no quarto, por fim, os desdobramentos da alienação do trabalho sobre o complexo da educação.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Ontologia marxiana.

THE ONTOLOGICAL RELATIONSHIP BETWEEN LABOR AND EDUCATION: A STUDY IN THE LIGHT OF MARXIAN/LUKACSIAN THEORY

ABSTRACT

This article discusses the ontological relationship between labor and education, evidencing the ontological priority character from the labor in process to constitution of the social being and, likewise, the important function that education fulfills in the process of social complexification of this new being, founded by labor. The article also addresses the nature that labor and education take on within the class society. Therefore, the article is organized in four moments: in the first, it discusses labor as a fundamental category of

¹ Mestranda do programa de pós-graduação em educação, da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE)

² Professora Adjunta da Faculdade de Educação de Crateús, da Universidade Estadual do Ceará (FAEC/UECE). E-mail: helena.freres@uece.br

social being; in the second, the social function of education; in the third, the alienated character of the labor; in the fourth, finally, the unfolding of the alienation of labor in the educational complex.

Keywords: Labor. Education. Marxist ontology.

Introdução.

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

(Karl Marx)

Conforme fora mencionado no resumo que introduz este artigo, discutimos a relação ontológica que trabalho e educação assumem no processo de constituição do ser social: o primeiro, como categoria fundante do novo ser; o segundo, como atividade fundada por esse ser que, pelo trabalho, diferenciou-se das outras esferas ontológicas. Esse novo ser, para reproduzir a sociedade, exigiu a criação de outros complexos, como a educação, cuja função se distingue do trabalho, ao mesmo tempo que mantém com a essa atividade onto-primária uma relação de dependência ontológica e de autonomia relativa. O artigo aborda ainda a natureza que o trabalho e a educação assumem no interior das sociedades de classes, nas quais a classe trabalhadora, num processo cada vez mais alienante, alcança, com o capitalismo, um novo patamar de mortificação de seu corpo e de seu espírito. Portanto, a discussão está organizada em quatro momentos: no primeiro, discute-se sobre o trabalho como categoria fundante do ser social; no segundo, a função social da educação; no terceiro, o caráter alienado do trabalho; no quarto, por fim, os desdobramentos da alienação do trabalho sobre o complexo da educação.

1. Trabalho como modelo de toda práxis

O pressuposto basilar da teoria marxiana é o de que a humanidade, para fazer história, precisa comer, beber, vestir, morar etc., ou seja, precisa produzir sua própria vida. O trabalho é, pois, a atividade que inaugura a existência desse novo ser, que se diferencia qualitativamente das esferas precedentes, por meio do salto ontológico produzido pelo trabalho.

Como explicita a ontologia do ser social, esse novo ser necessita produzir continuamente o novo, o novo objeto (objetivação) e o novo homem (exteriorização), tarefa que exige a transformação da natureza, tendo em vista o atendimento das necessidades humanas.

Acerca dessa questão, dizem Marx e Engels:

Podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira. Porém o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material (MARX; ENGELS, 1974, p.19).

O trabalho é aqui afirmado como ato fundante do ser social por meio do qual os indivíduos superaram sua condição animal e puderam agir e transformar a natureza para atender às suas necessidades. Como foi dito acima, o trabalho está relacionado diretamente com a própria existência humana, pois constitui a atividade por meio da qual os homens passaram a se diferenciar da esfera biológica.

Como dito acima, o trabalho se constitui como o pressuposto fundamental da teoria marxiana. Sobre essa questão, Marx afirma que

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2011, p. 326 e 327)

No que tange a esse caráter de centralidade do trabalho, Engels (2004, p.13) diz que o trabalho “É a condição básica e fundamental de toda vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. O produto do processo de trabalho nada mais é do que um resultado que já estava idealizado pela consciência humana.

Podemos ter clareza sobre essa questão naquela diferenciação que Marx faz acerca do “trabalho” das formigas e das abelhas. Este pensador entendia o trabalho como uma atividade diferente daquelas executadas por abelhas e formigas, tendo em vista que

tal atividade faz parte do ciclo de vida desses insetos, que agem sempre da mesma forma, pois a atividade é instintiva e se insere dentro dos limites da reprodução biológica. Marx (2011, p.327), acerca dessa questão, escreve em passagem de *O Capital* que

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado.

Seguindo o caminho trilhado por Marx, Lukács reitera que a transformação da natureza é um processo muito diferente das ações dos animais, pois, no ser social, essa transformação da natureza por meio do trabalho é sempre projetada na consciência antes da objetivação. É essa capacidade exclusivamente humana funda, para Marx, a diferença entre a humanidade e as esferas precedentes de ser.

Na ontologia de Lukács a essência do trabalho é especificamente uma articulação entre teleologia e causalidade, sendo que a primeira se faz presente apenas no ser social, pois é no interior do trabalho que a teleologia opera. O trabalho, pois, começa com um pôr teleológico, mas a existência do objeto é garantida pela ação consciente dos homens sobre a natureza.

A causalidade, entretanto, é estabelecida por um auto movimento que retorna a si mesmo, mantendo sua característica inicial, ao passo que a teleologia é uma categoria posta, de modo que todo o seu processo demanda uma finalidade. Portanto, é uma consciência que estabelece a finalidade. Todavia, é necessário explicar aqui que não é a consciência que estabelece a diferença entre a esfera orgânica e a esfera do ser social.

A teleologia, que nasce na consciência, é um momento importante do trabalho, mas o trabalho pressupõe a articulação entre teleologia e causalidade (LUKÁCS, 2012) para produzir o novo constantemente, ou seja para produzir objetivações – materiais e espirituais – para o atendimento das necessidades humanas.

O trabalho humano não é algo mecanizado, mas sim um complexo processo de transformação da natureza e de si mesmo, o que pressupõe um processo de

aprendizagem, já que este se mostra capaz de desenvolver, evoluir e criar novas técnicas para sua sobrevivência, de modo que ele não só modifica a natureza por meio de suas ações, mas também modifica a si mesmo à medida que se complexifica esse processo de transformação objetiva e subjetiva. Aqui é possível compreender o que Lima (2009, p. 23) expõe sobre a essência do trabalho. Diz esta autora,

[...] o trabalho tem na sua essência a capacidade de lançar o homem para além da sua própria efetivação. A transformação da natureza através do trabalho possibilita a criação de algo novo, completamente inexistente no âmbito natural biológico. O processo de criação do novo, inaugurado pelo trabalho, não se restringe à produção de objetos, pois, ao transformar o meio natural, o trabalho age sobre o próprio homem, transformando-o de ser biológico em ser social.

Como dito acima, a teleologia é a antecipação de uma determinada ação antes que esta venha a ser posta em prática, ou seja, é a etapa onde se planeja como será originado um objeto, bem como quais as possibilidades para sua fabricação. É através da articulação entre teleologia e causalidade (mundo objetivo) que o homem produz objetivações e, simultaneamente, produz a si mesmo por meio da criação desses objetos.

Esse processo teleológico distingue-se em dois momentos: “[...] o primeiro é a posição do fim; o segundo, a busca dos meios”. O primeiro diz respeito à finalidade; o segundo consiste na gênese da ciência, o que implica no necessário conhecimento da parcela do real a ser transformada. Nesse sentido, o trabalho, como atividade consciente, torna o conhecimento importante para que a teleologia seja posta. Assim afirma Lukács (1978, p. 9) que “[...] trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e determinados meios”.

Nesse processo, o homem que trabalha parte de um conhecimento pessoal para um mais amplo que se aproxima do mundo exterior, o que Lukács (1981) classificava como o primeiro nível de generalização. O segundo nível trata do conhecimento acumulado enquanto patrimônio da humanidade.

Este filósofo conclui que mesmo o trabalho sendo uma atividade pelo qual o trabalhador vem a satisfazer suas necessidades socialmente postas, constitui-se uma atividade com tendência à generalização, mas que ao mesmo tempo possui suas singularidades.

Marx esclarece:

Mesmo quando eu sozinho desenvolvo uma atividade científica, etc. uma atividade que raramente posso levar a cabo em direta associação com outros, sou social, porque é enquanto homem que realizo tal atividade. Não é só o material da minha atividade – como também a própria linguagem que o pensador emprega – que me foi dado como produto social. A minha própria existência é atividade social (1989, p. 195).

A citação a seguir expressa como Lukács (2018, p.161) explica essa tendência à generalidade.

[...] constata-se igualmente que o mero ato do trabalho significa o pôr-a-si-mesmo do ser humano, seu tonar-se-humano e, com isso, o salto consumado da animalidade genericamente muda. O enlace, do início ao fim, constitui a história mundial da humanidade, o pleno desdobramento do ser-para-si do gênero humano. Este apenas pode se realizar adequadamente a si próprio em forma consciente: o gênero humano não mais muda tem de, enquanto tal, também estar presente na consciência dos seres humanos. No contínuo percurso até lá, esta consciência apenas pode se mostrar adequadamente realizada em casos excepcionais e, ainda, nesse momento, pondo-valor em um modo meramente pseudosubjetivo e não como consciência de um ser alcançado, realizador de valores, que constrói essas formas ainda mais elevadamente. [...] O que devia ser descrito com isso é que o ser-para-si da humanidade já está lá no devir-humano do ser humano em si, que já o trabalho mais primitivo corporifica — em si — essa nova relação do singular para com a espécie [...].

Conforme a ontologia marxiano/lukacsiana, o desenvolvimento das capacidades humanas traz consigo o surgimento de novas necessidades e exigências em melhorar os modos de cultivo, de vestimenta, moradia, etc., frutos do próprio processo de evolução. Esse desenvolvimento lançou o homem à vida em sociedade e transformou a organização social entre os homens um fato cada vez mais profundo. Pode-se notar que o trabalho humano não está ligado somente à satisfação de necessidades básicas, mas também elevar o homem a níveis posteriores de desenvolvimento.

Por se remeter para além de si mesmo, o trabalho fomenta no homem necessidades e aptidões que tendem cada vez mais a gerar novas necessidades e novas aptidões. Dessa forma, o ser social produz não apenas um quantum material de riqueza, mas também deixa para a posteridade conhecimentos, valores e habilidades que precisam ser transmitidos para as novas gerações por meio do processo educativo. Eis aqui a razão pela qual o trabalho chamou à vida o complexo da educação.

2. A função da educação como atividade fundada pelo ser social

A educação mantém com o trabalho uma relação ontológica. Este último pressupõe a relação entre homem e natureza; a educação, entre indivíduo e sociedade. Pelo trabalho, o homem transforma a natureza; por meio da educação, relaciona-se com os outros homens e não com a sociedade.

Tonet reitera a assertiva marxiana de que há no ser social os polos da individualidade e da universalidade. Acerca disso, ele ressalta que

[...] A constituição desses dois pólos é um processo que se desenvolve concretamente ao longo de toda a história humana, tanto no sentido geral como individual. Por um lado, o pólo universal, genérico, se constitui como um patrimônio que resulta da atividade dos indivíduos e que se objetiva de muitas formas. Por outro lado, o pólo da singularidade, os indivíduos, se constitui na medida em que esses indivíduos se apropriam desse patrimônio genérico. Disto resulta que nascemos com potencialidades para nos tornarmos indivíduos humanos, mas não nascemos já como indivíduos humanos. Tornamo-nos indivíduos humanos na medida em que nos apropriamos do patrimônio humano universal. (2011, p. 6).

Isso significa dizer que o ser social não é dotado de humanidade com o seu nascimento. Nesse novo ser, a sua humanidade é um produto histórico. A produção de sua humanidade não é um processo pré-determinado ou instintivo, mas consciente e pressupõe a necessária apropriação das objetivações humanas. Assim sendo, a educação cumpre papel importante na aquisição de elementos que tornem os indivíduos aptos para o ato social consciente. Conforme Tonet (2011, p.6); “[...], a educação cumpre a função de permitir aos indivíduos essa apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos que lhes permitam inserir-se no processo social”. Lima, fundamentada pela ontologia marxiana, reitera essa afirmação de Tonet. Diz a autora:

A educação é um complexo social e como tal não pode ser compreendida à luz das categorias biológicas, pois as categorias pertinentes à sociabilidade humana só podem ser explicadas em termos sociais, não podem ser reduzidas às categorias do ser orgânico ou inorgânico. A subsunção da base natural realizada pelo ser social é um processo que perpassa todos os complexos sociais. Isso significa que, embora a base biológica continue ineliminável, o momento predominante na processualidade dos complexos sociais não consiste nas forças motrizes da natureza e sim da sociabilidade. (LIMA, 2009, p.107)

O complexo da educação surge com o objetivo de conservar o patrimônio cultural já adquirido, reforçando seu caráter positivo de conservação. O homem não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem. Conforme Lima (2009, p.104), “Por ser fundada pelo trabalho, a educação estabelece com ele uma relação

de identidade da identidade e da não-identidade”. Nesse sentido vê-se possível afirmar que a essência humana é produzida pelo trabalho e transmitida pela educação.

Acerca dessa questão, diz Lukács (2018, p.134):

[...] a problemática da educação retorna ao seu problema fundante: sua essência consiste em influenciar os homens para que reajam de modo socialmente intencionado às novas alternativas da vida. Que esta intenção ininterruptamente se realiza — parcialmente —, que auxilia a preservar a continuidade na transformação do ser social; que ela, de uma longa perspectiva, igualmente — parcialmente — ininterruptamente falhe, é o reflexo psíquico não apenas de que a reprodução se consuma de modo desigual, que, mesmo a educação mais consciente das finalidades, apenas pode preparar insuficientemente para os momentos sempre novos e plenos de contradição, mas também em que nesses novos momentos — de modo desigual e pleno de contradição — alcança expressão em sua reprodução o desenvolvimento ascendente objetivo do ser social.

Lima ressalta que:

A educação é um complexo essencial para a reprodução do gênero humano, consistindo na mediação entre a individuação e a generalidade. O caráter social a ela inerente também constitui uma característica especificamente humano-genérica e se traduz num aspecto que distingue o ser social da esfera precedente. (LIMA, 2009, p. 106).

Ainda conforme Lima (2009, p.110), a educação enquanto complexo surge no ser social para garantir que o homem exista enquanto ser genérico.

A educação é imprescindível em todos os modos de organização social porque sua função consiste em articular o singular ao genérico, reproduzindo no indivíduo as objetivações produzidas ao longo do desenvolvimento do gênero humano e, com isso, possibilitando a continuidade do ser social.

Seguindo conforme o pensamento de Lima podemos entender que “[...] a função realizada pela educação atende a uma necessidade universal do ser social, pois todas as formas de sociedade demandam um processo de reprodução da sociabilidade que a caracteriza” (LIMA, 2009, p.110). Portanto, o complexo da educação, advinda do trabalho, é de fundamental importância para o ser social porque é ela um meio propício para a transmissão/apropriação do patrimônio produzido historicamente pela humanidade. Entretanto, no interior da sociabilidade do atual contexto capitalista sua função precípua é secundarizada. Através da reprodução dessa sociedade, a negação do conhecimento acumulado historicamente torna-se fundamental para o controle da subjetividade humana.

3. Trabalho alienado: a gênese da exploração do homem sobre o homem

O conceito de trabalho alienado atribuído notavelmente por Marx, começando pelos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* até o livro *O Capital*, é a porta de compreensão para os argumentos que tratam das relações estabelecidas no sistema de produção capitalista, assentadas na subordinação do trabalho ao capital. Esse conceito busca explicar como se desenrolam as relações entre o trabalhador e seu trabalho e como isso afeta o próprio trabalhador e sua relação consigo mesmo e com o próprio gênero humano.

Conforme exposto no primeiro item deste artigo, o trabalho surge como uma atividade basilar para o atendimento das necessidades humanas. Para garantir sua existência, a humanidade necessita, pelo trabalho, transformar a natureza e, nesse processo, transforma a si mesma. Nessa tarefa, a produção dos instrumentos de trabalho ocupa lugar primordial. Como Marx esclarece (2011, p. 329), esses instrumentos de trabalho eram construídos a partir de elementos comuns naturalmente encontrados na natureza, como, por exemplo, pedras e pedaços de madeira.

O aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho trouxe também um aperfeiçoamento da própria prática e a descoberta de novas habilidades que vêm surgir do processo de evolução do trabalho. Esse aperfeiçoamento teve um salto enorme com a constituição das sociedades de classes, instauradas a partir da Revolução Neolítica, que demarcou o surgimento da prática da agricultura e a domesticação de animais. Por isso, o avanço com a agricultura e a cultura do arado representa o início de uma revolução e novos rumos no processo de desenvolvimento da vida social.

Nesse novo patamar de desenvolvimento histórico, a humanidade passou a produzir excedente, ou seja, a produzir mais do que precisava para o seu consumo imediato, aumentando a produção, e isso necessitava a existência de um grupo que passou a planejar e controlar a produção, o que fez surgir na história a exploração de classe cujos desdobramentos avançaram cada vez mais na desumanização da própria humanidade.

No interior da sociedade de classes, foi necessária a criação de novos complexos sociais, a exemplo do Estado e do Direito, para garantir a exploração e a apropriação privada da riqueza produzida pelo trabalho explorado, matriz da desigualdade e, portanto, da barbárie social.

As relações de exploração sofrem modificações ao longo da história, ou seja, aprofundam mais e mais o domínio de uma classe sobre a outra. No escravismo e no feudalismo, por exemplo, a produção ainda estava voltada para o valor de uso, atendendo em parte as necessidades humanas. A chegada da sociedade burguesa na história humana põe em marcha novas e articuladas forças produtivas, em que a relação passa a ser entre o burguês e a compra da força de trabalho do proletário, expandindo de forma inigualável a produção de mercadorias até a constituição ulterior do mercado mundial. Embora, nas sociedades pré-capitalistas, já houvesse uma separação clara de classes sociais antagônicas, o capitalismo não somente tornou concreta uma nova ordem econômica, mas também promoveu uma divisão profunda no processo de trabalho, condicionando os trabalhadores a atividades mais profundamente exaustivas e degradantes.

Marx escreve sobre essa questão que

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta uma proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, 2004, p. 80).

O pensador revolucionário alemão torna evidente que o atual modelo de sociedade de classes vê-se sustentada mediante a produção generalizada de mercadorias que desvaloriza o mundo humano à medida que valoriza a própria mercadoria. Assim, o trabalhador empobrece ao extremo o trabalhador, de modo que o valor de sua força de trabalho torna-se mais barato que o valor das mercadorias que o próprio trabalhador produz. O atual modelo de sociedade que vivenciamos se constrói baseado na negação das necessidades genuinamente humanas para a maior parte da humanidade, ou seja, todo o sistema ao qual estamos envoltos tem como meta a produção e a acumulação de riquezas, rebaixando o homem ao patamar de instrumento a serviço dos objetivos imperativos da produção de mercadorias.

Marx tornou evidente que o trabalhador, para viver, vende ao capitalista a única mercadoria que possui, sua força de trabalho, recebendo, por isso, um salário. O salário, entretanto, que não constitui o pagamento pela jornada inteira de trabalho, mas de uma parte ínfima dela, é “[...] uma consequência imediata do trabalho estranhado, e o trabalho estranhado é a causa imediata da propriedade privada. [...]” (MARX, 2004, p.88),

produzindo no trabalhador a perda de humanidade em relação tanto ao mundo por ele construído quanto a ele mesmo e ao seu próprio gênero. O trabalho alienado é o instrumento que mantém em movimento a propriedade privada.

Mais do que uma simples expressão, o salário é um instrumento produtivo de conservação e manutenção que garante “conservar” o trabalhador em suas funções a fim de suprir suas carências mínimas, sendo uma espécie de custo obrigatório do capitalista que visa manter o movimento de produção suprindo minimamente as carências do trabalhador e não ultrapassando os limites dessa obrigação mínima ao qual o próprio capital estipula.

Marx escreve que

Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas o valor de uso por ele vendido. A partir do momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista. Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente (MARX, 2011, p. 337).

A alienação do trabalho é desumanizante, que nega aos trabalhadores a possibilidade de desenvolver suas potencialidades humanas e satisfazer as necessidades socialmente postas tanto no âmbito tanto material como espiritual. Sob o capital, sobretudo em sua forma mais desenvolvida, o trabalho alienado produz a alienação do trabalhador sob diferentes aspectos.

Marx (2004, p.79) explica a íntima ligação entre trabalho alienado e propriedade privada:

Supusemos a propriedade privada, a separação de trabalho, capital e terra, igualmente do salário, lucro de capital e renda de terra, da mesma forma que a divisão do trabalho, a concorrência, o conceito de valor de troca etc. A partir da própria economia nacional, com suas próprias palavras, constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa á potência (*Match*) e a grandeza (*Grosse*) da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio que no fim a diferença entre o capitalista e o rentista fundiário (*Grundrentner*) desaparece, assim como entre o agricultor e o trabalhador em manufatura, e que, no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade.

Marx explica que quanto mais riqueza o homem produz, quanto maior for sua produção, maior será a exploração que o torna mais pobre do que mesmo a mercadoria que este produz. O trabalhador se torna como as mercadorias que produz. O produto de seu trabalho é um esforço que se fixou na produção de um objeto. No fim, o trabalho se torna um objeto de valor alheio ao homem.

Para Marx, o trabalho alienado se evidencia na relação entre trabalhador e o produto de seu trabalho entre trabalhador com sua atividade de produção. Estes dois aspectos se desdobram em mais dois tipos de alienação: em relação a si mesmo e ao gênero humano (MARX, 2004, p.83, 84).

O primeiro aspecto da alienação do trabalho reside no fato de que o trabalhador é alienado em relação ao produto de seu trabalho, que pertence ao capitalista. Esse aspecto do trabalho alienado se desdobra na alienação em relação ao próprio trabalho. Alienado em relação ao que produz, o trabalhador aliena-se em relação à atividade por meio da qual produz um objeto que não lhe pertence, que o mortifica.

Esses dois aspectos da alienação produzem, segundo Marx (2004, p. 87), a autoalienação do trabalhador em relação a si mesmo e ao seu gênero. Este autor escreve que a autoalienação “[...] do homem de si e da natureza aparece na relação que ele outorga a si e à natureza para com os outros homens diferenciados de si mesmo”. Diferentemente da alienação religiosa, que “[...] aparece necessariamente na relação do leigo com o sacerdote ou também, visto que aqui se trata do mundo intelectual, de um mediador etc.”, no mundo efetivamente existente, a alienação “[...] só pode aparecer através da relação prático-efetiva com outros homens”, é produto da prática humana que engendra não somente um mundo fetichizado e reificado, mas também indivíduos que são postos como inimigos uns dos outros.

Segundo o pensador revolucionário alemão, cada período histórico apresenta de alguma forma um estágio de desenvolvimento da propriedade privada. Porém no capitalismo este desenvolvimento se mostra em estágio avançado de tal modo que é possível identificar claramente a relação entre propriedade privada, trabalho alienado e salário, que afasta o homem da sua relação com a natureza e de sua essência genuinamente humana.

Sobre essa relação entre trabalho alienado e propriedade privada e a emancipação do homem, Marx escreve em outra passagem:

Da relação do trabalho alienado (*entfremdeten*) com a propriedade privada depreende-se, além do mais, que a emancipação da sociedade da propriedade privada etc., da servidão, se manifesta na forma política da emancipação dos trabalhadores, não como se dissesse respeito somente à emancipação deles, mas porque na sua emancipação está encerrada a [emancipação] humana universal. Mas esta [última] está aí encerrada porque a opressão humana inteira está envolvida na relação do trabalhador com a produção, e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação (MARX, 2008, p.88 e 89, grifos do autor).

Conforme demonstra a teoria marxiana, a alienação é produto histórico e não nasce da consciência dos homens. Na consciência, a alienação se reproduz. Portanto, a possibilidade de sua superação – também histórica, como não poderia deixar de ser – reside na tarefa hercúlea de suplantar o capital e, com ele, o trabalho alienado. Esta é a tarefa que a humanidade tem pela frente. Se não o fizer, como diz Mészáros ao se apropriar da célebre frase de Rosa Luxemburgo “Socialismo ou barbárie”, a alternativa escolhida ou nos colocará em direção à instauração de uma história autenticamente humana ou nos extinguirá da face da terra. Em relação a esses dois projetos, a educação cumpre papel fundamental, pois influencia os indivíduos para que ajam da forma que interessa à sociedade.

Considerando que a tarefa de suplantar o capital ainda não foi cumprida pela humanidade, a educação tem sido posta por esse sistema sociometabólico, fundado pela exploração do trabalho, como uma panaceia que resolveria todos os problemas gerados e agudizados por essa ordem social que não serve para a humanidade.

4. Os desdobramentos do trabalho alienado sobre a educação institucionalizada na sociedade capitalista

A chegada na história desse novo modo de produção exigiu a formação do operariado com conhecimentos distintos daqueles que possuem o escravo e o servo, um trabalhador que precisaria saber minimamente ler, escrever e contar para que pudesse operar as máquinas. O lugar por excelência dessa formação é a escola, esta instituição à qual até aquele momento a classe trabalhadora não tinha acesso.

Entretanto, esse acesso não veio acompanhado, nem poderia vir, pela apropriação dos conhecimentos universais produzidos pela humanidade. Pelo contrário. O mínimo – ou doses homeopáticas – ao qual os trabalhadores tinham acesso naquele momento continua sendo o mínimo de conhecimentos que permeia a formação dos

trabalhadores em nosso tempo histórico. Ler, escrever e contar constituem os conhecimentos que devem ser disponibilizados para os filhos da classe trabalhadora. E não nos enganemos: é a defesa desse mínimo que ocupa lugar em todos os documentos elaborados pelos apologetas do capital e que aparecem como ampla defesa da educação para todas as pessoas.

A educação no atual contexto é usada como instrumento cujo objetivo é predominantemente reproduzir as relações de produção, buscando uma forma de legitimar a divisão de classes e a exploração sobre o trabalhador no intuito de manter o ciclo de dominação e manutenção de interesses do capital. A escola moderna é uma criação burguesa, portanto, constituindo-se predominantemente num objeto ao qual os interesses estão voltados à manutenção da exploração de uma classe sobre a outra. São várias passagens de *O Capital* que deixam claro essa questão. Por exemplo, para tratar da exigência da escola para a formação das crianças trabalhadoras, Marx recorre aos relatórios dos inspetores de fábricas que denunciavam tanto as condições desumanizantes nas quais as crianças eram encerradas entre quatro paredes quanto a ignorância dos próprios professores (muitos relatórios eram assinados com uma cruz por professores que também não sabiam ler nem escrever). Marx (2004, p. 581) afirma que num desses relatórios denuncia-se o seguinte:

A culpa cabe unicamente ao poder legislativo, por ter aprovado uma lei enganosa (*delusive law*), que, sob a aparência de cuidar da educação das crianças, não contém um único dispositivo que assegure o cumprimento desse pretenso objetivo. Nada determina, salvo que as crianças, durante certa quantidade de horas diárias” (3 horas), “devem permanecer encerradas entre as quatro paredes de um lugar chamado escola, e que o patrão da criança deve receber semanalmente um certificado emitido por uma pessoa que assina na qualidade de professor ou professora.

Em relação ao que deve ser ensinado aos trabalhadores, não há diferença entre o tempo de Marx e o nosso tempo. Como não poderia deixar de ser, as doses homeopáticas continuam a marcar presença na pauta do dia, visto que a ignorância generalizada é necessária para que o capital mantenha o controle social sobre a classe trabalhadora.

Mészáros (2006, p. 175) explica sobre essa questão que a “[...] educação formal está profundamente integrada na totalidade dos processos sociais [...]”, implicando diretamente sobre a formação da consciência dos homens para adequar-se à lógica da produção de mercadorias em escala global. Diz o pensador húngaro (2005, p.15) que a educação institucionalizada, ou seja, a escola, tem cumprido desde a instauração do modo

de produção capitalista um duplo papel: [1] o de “[...] fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista”; e o de “[...] gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”. Tais valores precisam ser introjetados nas consciências dos trabalhadores para que estes assumam como suas as ideias da classe dominante. Mészáros diz ainda:

A crise das instituições educacionais é então indicativa do conjunto de processos dos quais a educação formal é uma parte constitutiva. A questão central da atual “contestação” das instituições educacionais estabelecidas não é simplesmente o “tamanho das salas de aula”, a “inadequação das instalações de pesquisa” etc., mas a razão de ser da própria educação. Desnecessário dizer: tal questão envolve inevitavelmente não só a totalidade dos processos educacionais, “desde a juventude até a velhice”, mas a razão de ser dos instrumentos e instituições do intercâmbio humano em geral. Se essas instituições – incluindo as educacionais – foram feitas para os homens, ou se os homens devem continuar a servir às relações sociais de produção alienadas – esse é o verdadeiro tema do debate. A “contestação” da educação, nesse sentido mais amplo, é o maior desafio ao capitalismo em geral, pois afeta diretamente os processos mesmos de “interiorização” por meio dos quais a alienação e a reificação puderam, até agora, predominar sobre a consciência dos indivíduos (MÉSZÁROS, 2006, p. 275).

No momento histórico hodierno, agrava-se esse processo de interiorização, pois os debates em torno do que deve ser o papel da educação vêm acompanhados da defesa de que seria necessário formar cidadãos críticos, defensores do meio ambiente, pró-ativos, defensores da paz etc. Por trás dessas mistificações há a afirmação de que outra alternativa social não é possível e que a única tarefa que nos restaria seria a de humanizar o próprio capital administrando as consequências da barbárie social e não as causas dessa mesma barbárie. As causas têm que permanecer distantes das consciências dos indivíduos.

Considerando a relação de autonomia relativa que a educação mantém com o trabalho, é preciso considerar, entretanto, para além dessa função posta à educação de acordo com a lógica do mercado, que o papel precípuo desse complexo, embora secundarizado, continua sendo o de transmissão dos conhecimentos sistematizados pela humanidade ao longo do tempo. A educação não pode cumprir a missão divina de construir um mundo pacífico e solidário. Essa tarefa deve ser exercida pelo trabalho, atividade fundante do ser social. A educação é um complexo fundado, cuja função é, repetindo, [1] influenciar os indivíduos para ajam de determinada forma e [2] transmitir para as novas gerações os conhecimentos universais acumulados pela humanidade no decorrer de seu desenvolvimento histórico. O cumprimento dessa dupla função em outra

direção histórica é essencial para a formação de uma nova consciência tendo em vista uma nova sociedade, uma sociedade na qual terá fim a pré-história da humanidade.

Referências

ENGELS, F. **Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem**. In: RICARDO, Antunes (org.). *A Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo. Expressa Popular, 2004.

LESSA, S; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. Ed. - São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

LIMA, M, F. **Trabalho, Reprodução Social e Educação em Lukács**. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – CED, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. 2009

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. v.14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018. p. 7-296.

MARX, K e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 6. ed. São Paulo. Hucitec, p. 19, 1974.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa, 1989. p.195.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Livro 1. p. 211-212.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. 2. ed. - São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. - São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. - São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

RABELO, Jackline; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; JIMENEZ, Susana. **Educação para todos e reprodução do capital**. Revista Trabalho Necessário, Niterói: UFF, ano 7, n. 9, p. 1-24, 2009.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí. RS, Editora Unijuí, 2005.